



**ACÓRDÃO Nº 742/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11478/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itacoatiara - SAAE
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Emilio Andrade Resk
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3903/2017-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itacoatiara - SAAE. Exercício de 2015.

*Alcance. Irregularidade. Multa.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Considerar em Alcance** o Senhor **Emilio Andrade Resk**, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Itacoatiara/AM e Ordenador de Despesas, à época, referente ao exercício de 2015, no valor de **R\$ 889.996,89** (oitocentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos), em razão do montante listado no item nº. **08 do Relatório Conclusivo nº. 10/2017 – DICAMI**, às fls. 350/371 dos autos, nos termos do artigo 304, VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM)
- (...)

*Esclarecer a significativa redução para o montante registrado no Balanço Patrimonial do Exercício para a rubrica “Demais Bens Móveis”, conforme discriminado na tabela, que demonstra redução no valor contabilizado, correspondente ao montante de R\$ 1.188.267,03. O notificado alegou às fls. 212/214 a 260/272, que para atender às Normas da Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o SAAE realizou um levantamento geral no*



**ACÓRDÃO Nº 742/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

*patrimônio do órgão, envolvendo quantificação, catalogação e reavaliação dos bens permanentes que compõem o patrimônio da Autarquia. Explica, ainda que com a reclassificação dos bens avaliados, segundo normas contábeis vigentes, os valores contabilizados na conta “Demais Bens Móveis” foram registrados nas contas Bens de Informática (R\$ 41.208,36), Móveis e Utensílios (R\$ 24.747,47), Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação (R\$ 158,66), Veículos (R\$ 25.115,99) e Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (R\$ 207.039,66). Porém, o total dessas rubricas que foram reclassificadas é de R\$ 298.270,14, gerando uma diferença no valor de R\$ 889.996,89. Diante do exposto, concordamos com as análises realizadas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, com a determinação de que seja devolvido aos cofres públicos, o valor encontrado de diferença das rubricas apresentadas.*

- 10.2.** O valor da penalidade deve ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias, aos cofres da Fazenda Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, inciso III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determinar ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa do Município e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.
- 10.3. Julgar irregular** a Prestação de Contas do Senhor **Emilio Andrade Resk**, Diretora-Presidente do SAAE Itacoatiara/AM e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a Prestação de Contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Itacoatiara/AM, referente ao exercício de 2015.
- 10.4. Aplicar Multa** ao Senhor **Emilio Andrade Resk**, Diretor-Presidente do SAAE Itacoatiara/AM e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), na forma prevista no artigo 1º, XXVI, da Lei 2423/96, nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, inciso acrescentado pelo artigo 2º, da Resolução nº. 25/2012, pelo cometimento das impropriedades listadas no voto de **nºs. 02, 03, 05, 06,**



**ACÓRDÃO Nº742/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**07, 08, 10, 11, e 12 Relatório Conclusivo nº. 10/2017** – DICAMI, às fls. 350/371 dos autos, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ pelas improbidades apontadas.

**10.5.** Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do RITCE) para que o Senhor **Emílio Andrade Resk**, Diretora-Presidente do SAAE Itacoatiara/AM e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nestes autos. Na hipótese de expirar este prazo, aquela importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE.

**10.6.** DETERMINAR à Secretaria do Tribunal Pleno que:

- Encaminhe à atual Administração do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE Itacoatiara/AM, referente ao exercício de 2015, as cópias autênticas das peças emitidas pela Comissão de Inspeção e pelo Representante Ministerial, visando evitar o cometimento das mesmas impropriedades em Prestação de Contas futuras;

- Notifique o Senhor **Emílio Andrade Resk**, Diretor-Presidente do SAAE Itacoatiara/AM e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresentem o devido recurso;

- Após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002-RITCE, adote as providências do artigo 162, §2º, do RITCE.

**11- Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Julho de 2017

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº742/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO**

Conselheiro-Presidente, em sessão

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira Relatora

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral